

TEMER CONDENA BRASIL À ESCRAVIDÃO

Mudanças sobre definições de "jornada exaustiva", "condição degradante" e "trabalho forçado" dificultarão o resgate de trabalhadores e a punição dos envolvidos.



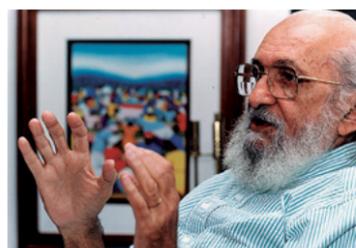
Notas e recados



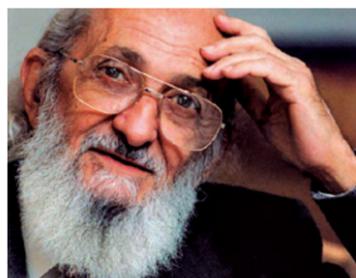
REFORMA AGRÁRIA – 1
O MST realizou na última terça-feira, uma série de ocupações por todo o País contra cortes do governo Temer nas políticas da reforma agrária.



REFORMA AGRÁRIA – 2
Os recursos previstos para desapropriações sofreram corte de 86,7%, de R\$ 257 milhões em 2017, para apenas R\$ 34 milhões no ano que vem.



PAULO FREIRE, SEMPRE! – 1
Educadores e entidades se mobilizam para manter Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira. Movimentos conservadores querem revogar o título.



PAULO FREIRE, SEMPRE! – 2
Freire é o pensador brasileiro mais reconhecido no mundo. Seus escritos e ensinamento estimulam o diálogo por meio da educação cidadã e política.



AO LADO DOS RURALISTAS
Doria aproveitou o almoço com ruralistas para defender a posição da bancada sobre a flexibilização das regras de combate ao trabalho escravo.

#patulê

Serginho, acompanhado do CSE na Samot, Paulo Sérgio Silva, o Já Morreu, distribuíram o jornal na base dia 5.

O diretor executivo responsável por políticas industriais, Wellington Messias Damasceno, e o coordenador de área, Simão Barbosa de Matos Neto, o Soró, entregaram a Tribuna aos companheiros na Unimáquinas e na Fremar dia 5. No dia anterior, a entrega com Soró foi feita com Antônio Rosa, o Testa, CSE na Mahle.

Na Fledlaz, em Ribeirão Pires, o CSE na fábrica, Reginaldo Silva Miranda, o Cabelo Júnior, distribuiu o jornal para os trabalhadores no dia 5.

*A expressão 'Patulê' (contração de 'para você/tu ler') foi criada por José Arcanjo de Araújo, o Zé Preto, integrante da Comissão de Fábrica na Ford, na década de 80.



Os companheiros na Tury, em São Bernardo, receberam ontem a Tribuna em mãos dos CSEs na Irbas, Sérgio Sitta, o Serginho, e da CSE na Samot, Maria do Amparo Ramos.



Na TTB, em Diadema, os CSEs Vagner Gomes Mendes, o Vagnão, e Antonio José de França Filho fizeram ontem o 'Patulê' antes da assembleia de Campanha Salarial.



No dia 6, a CSE na Valeo, Judith Alves da Fonseca, a Ju, fez a entrega da Tribuna na Conex, em São Bernardo.

REUNIÃO DOS TRABALHADORES NA NHOZINHO

Os companheiros na Nhozinho, em São Bernardo, estão convocados para reunião hoje, às 18h, na Sede. Tema: assuntos internos e discussão da pauta de reivindicações a ser entregue à empresa.

Saúde

SAÚDE MENTAL E TRABALHO

Nos últimos quatro anos, transtornos mentais e comportamentais foram a terceira maior causa de afastamento dos trabalhadores brasileiros. Mais de 17 mil casos de concessão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez foram registrados entre 2012 e 2016.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, OMS, até 2020, a depressão será a maior causa de afastamento do tra-

balho no mundo. No período de 2005 a 2015, sua incidência cresceu 18,4%, atingindo 322 milhões de pessoas. Mais de 260 milhões vivem com transtornos de ansiedade. Muitas dessas pessoas têm ambos os transtornos.

No último dia 10 de outubro, Dia Mundial da Saúde Mental, a OMS fez um alerta a empresas e gestores do mundo todo, incentivando iniciativas que promovam o

bem-estar físico e psicológico no local de trabalho.

Fatores de risco estão relacionados a políticas inadequadas de saúde e segurança, falta de comunicação e de práticas de gestão, falta de clareza na determinação das tarefas ou de objetivos organizacionais. A ameaça do desemprego, presente em tempos de crise econômica, é outro fator de risco que pode ocasionar problemas de saúde mental

Comente este artigo.

Envie um e-mail para dstma@smabc.org.br

Departamento de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente

ALTERAÇÃO NOS CONCEITOS DE 'TRABALHO ES CRAVO' DIFICULTA FISCALIZAÇÃO

Não bastasse jogar a legislação trabalhista na lata do lixo, com a reforma Trabalhista que entrará em vigor no dia 11 de novembro, Temer acaba de condenar os trabalhadores brasileiros, além das trevas, à escravidão.

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, por meio da Portaria nº 1.129, publicada nesta segunda-feira, 16, no Diário Oficial da União, alterou os conceitos que definem o trabalho escravo no Brasil.

As mudanças atendem a antigas reivindicações da bancada ruralista e, coincidentemente, são publicadas em meio as articulações do presidente Michel Temer para escapar da segunda denúncia contra ele apresentada pela Procuradoria-Geral da República, a PGR.

De acordo com as novas definições, a “jornada exaustiva” e a “condição degradante” agora dependem da privação da liberdade do trabalhador para serem caracterizadas, ao contrário do entendimento que prevalecia até então e aplicado de acordo com o artigo 149 do Código Penal.

A portaria publicada pelo governo Temer altera ainda o conceito de “trabalho forçado”, incluindo a necessidade de concordância do trabalhador com a sua situação de trabalho. A nova definição contraria o entendimento até hoje aplicado pelas operações de resgate de trabalhadores em situação análoga à escravidão, para quem a anuência ou não do escravizado sobre sua situação é irrelevante.

“O governo está de mãos dadas com quem escraviza. Não bastasse a não publicação da lista suja, a falta de

recursos para as fiscalizações, a demissão do chefe do departamento de combate ao trabalho escravo, agora o Ministério edita uma portaria que afronta a legislação vigente e as convenções da OIT”, afirma Tiago Muniz Cavalcanti, coordenador da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, a Conaete, do Ministério Público do Trabalho, o MPT.

O **vice-coordenador** nacional da Conaete, Maurício Ferreira Brito, disse que a portaria do governo é um “instrumento normativo inadequado”, além de desregular a publicação da lista suja do trabalho escravo. De acordo com a Portaria nº 1.129, a lista com os nomes das empresas envolvidas com trabalho escravo passa a ser divulgada apenas quando houver “determinação expressa do Ministro do Trabalho”, o que pode comprometer sua efetivação.

“O Ministério Público do Trabalho não ficará inerte diante de mais uma ilegalidade e está reunido, junto com outras entidades, públicas e privadas, para a adoção das medidas judiciais e extrajudiciais na sua esfera de atuação”, anunciou Maurício Brito. Ele observou que a mudança dos conceitos acontece dias depois da demissão do chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, o Detrae, do Ministério do Trabalho, André Roston, e no contexto de outras ações “com natureza de retrocesso, relativas ao combate ao trabalho escravo”.

Com informações da Rede Brasil Atual



FOTOS: DIVULGAÇÃO

AUDITORES QUE FISCALIZAM TRABALHO ES CRAVO FAZEM PARALISAÇÃO EM 16 ESTADOS

Auditores-fiscais do trabalho de pelo menos 16 estados anunciaram uma paralisação nas ações de fiscalização contra o trabalho escravo a partir de ontem. A paralisação se dá em protesto contra as novas regras anunciadas nesta semana pelo governo.

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) informou que a paralisação foi deflagrada de forma independente, por iniciativas locais, mas apoia o movimento.

Auditores-fiscais do trabalho enviaram documento à Secretaria de Inspeção do Trabalho, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, ao qual são subordinados, informando a “momentânea paralisação das ações fiscais” até que a portaria 1.129/2017 seja revogada.

O documento é assinado por profissionais dos seguintes estados: Acre, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Em Alagoas, um representante local do sindicato nacional da categoria também confirmou a paralisação no estado.

Com informações do G1



Tribuna Esportiva



FOTOS: DIVULGAÇÃO

O **São Paulo** acertou a renovação do atacante **Brenner**, de 17 anos, até 2022. A multa rescisória é de R\$ 100 milhões para transferências nacionais.



Arana não deve seguir no **Corinthians** em 2018. O **Sevilla**, da Espanha, já ofereceu R\$ 44,9 milhões e a diretoria tenta aumentar a oferta para fechar acordo.



Com a suspensão de **Alison** e **Renato** no departamento médico, o **Santos** jogará com o meio-campo mais ofensivo. As opções são **Vecchio** (foto), **Serginho** e **Yuri**.



O meia **Guerra** machucou o ombro no treino após carinho de **Mena** e será reavaliado pelo departamento médico do **Palmeiras**.

BRASILEIRÃO

HOJE – 20H

Palmeiras x Ponte Preta
Pacaembu

HOJE – 21H

Sport x Santos
Recife

COMPANHEIROS NA TTB E PASCHOAL APROVAM DISPOSIÇÃO DE LUTA

Os trabalhadores nas empresas TTB, em Diadema, e Paschoal, em São Bernardo, aprovaram ontem durante assembleias disposição de luta na Campanha Salarial pela assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho, a CCT.

As duas empresas integram o Grupo 3 que não assina a Convenção há 3 anos e insiste em fazer alterações na cláusula social que garante estabilidade ao trabalhador acidentado ou com doença ocupacional.

“Essa cláusula é muito importante para nós. Aqui na empresa temos um companheiro que foi demitido com doença profissional e, por conta dessa proteção e com o apoio do Sindicato, foi reintegrado no início deste ano. Não podemos ficar sem ela”, lembrou o coordenador da Regional Diadema, Claudionor Vieira da Nascimento.

O diretor executivo do Sindicato responsável por políticas industriais, Wellington Messias Damasceno, alertou sobre os riscos que estão por vir. “Precisamos lutar por nossos direitos, resistir às reformas Trabalhista e da Previdência e também defender o emprego e a indústria nacional que correm o risco de sucateamento”.

Na Paschoal, o coordenador de São Bernardo, Genildo Dias Pereira, o Gaúcho, reforçou a necessidade de mobilização caso o grupo patronal não assine a CCT até amanhã.

“Entraremos em um processo de luta para defender nossos direitos, caso os representantes do Sindipeças não apresentem um acordo favorável aos trabalhadores até esta sexta-feira”.



TTB



PASCHOAL



TRABALHADORES NA LEGAS METAL REJEITAM PROPOSTA DE PLR

Os companheiros na empresa Legas Metal, em Diadema, rejeitaram a proposta da empresa de PLR, Participação nos Lucros e Resultados, durante assembleia realizada ontem pelo Sindicato.

De acordo com o coordenador de área, Antonio Claudiano da Silva, o Da Lua, os metalúrgicos não concordaram com as datas de pagamentos sugeridas pela diretoria. “A princípio, os patrões não apresentaram PLR.

Após várias reuniões, conseguimos chegar a um valor com uma correção significativa em relação ao pago no ano passado, de 10%, mas a empresa propôs pagar metade em abril e a outra em outubro de 2018”.

“Vamos procurar a diretoria para rever essas datas no intuito de chegar a um entendimento que contemple os trabalhadores na fábrica”, finalizou o coordenador.



EDU GUILMARÊS